



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CANOAS EM 13.07.2016

Aos 13 dias do mês de julho de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Canoas a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler, da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega e do Assistente da Assessoria Jurídica da Corregedoria Alex Sandro Ramos Vaghetti, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000498-07.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Diretor do Foro Luiz Fernando Bonn Henzel, pelo Coordenador Tiago Ruschel, o Assistente Douglas Hartmann e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da última correição realizada:** 24.03.2015

**Data de Implantação do PJe:** 29.07.2013

**Jurisdição:** Canoas e Nova Santa Rita

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 13.07.2016

### 2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luiz Fernando Bonn Henzel	3ª Vara do Trabalho de Canoas

#### 2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Canoas gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários sendo subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



## 2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Tiago Ruschel	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	<b>Coordenador (CJ1)</b>	12.02.2014
2	Douglas Hartmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC04)</b>	02.05.2007
3	Claudio Luís Wolf	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	03.11.2010
4	Maria Tereza Paredes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>28.11.2005</b>
5	Diego Santos de Quadros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>05.06.2012</b>
SEG	Barlese Santo Freitas de Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>08.11.1993</b>
SEG	Vanderlei dos Santos Lima	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>09.02.1999</b>
SEG	Giovani Feron	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>22.11.2010</b>
SEG	Pedro Francisco Hartmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	<b>16.07.2012</b>



<b>Servidores Lotados na Central de Mandados</b>				
	<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>	<b>Função</b>	<b>Data de Exercício na Unidade Judiciária</b>
1	Giovani Paim Dutra	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>15.12.2005</b>
2	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>06.02.2008</b>
3	Joeli Canez Braga <i>(em férias)</i>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>07.05.2009</b>
4	Hervison Barbosa Soares <i>(em férias)</i>	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>04.03.2010</b>
5	Pedro Alexandre Kuhn	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>14.11.2011</b>
6	Alexandre Silveira Castro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>27.02.2013</b>
7	Fabiana Pandolfo Cherubini	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>20.01.2014</b>
8	Délio Correa Bonini	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>09.02.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.06.2016 e revisão em 07.07.2016)

## **2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT**

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução n. 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução n. 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.



### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Barlese Santo Freitas de Oliveira</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	3
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
<b>Claudio Luís Wolf</b>	-	-	-
<b>Diego Santos de Quadros</b>	Licença-Paternidade (PAT)	5	5
<b>Douglas Hartmann</b>	Fruição de dias trabalhados nas eleições (TREF)	4	4
<b>Giovani Feron</b>	-	-	-
<b>Maria Tereza Paredes</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	272	272
<b>Pedro Francisco Hartmann</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	5
<b>Tiago Ruschel</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4
<b>Vanderlei dos Santos Lima</b>	-	-	-

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Alexandre Silveira Castro</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	18
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
<b>Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo</b>	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	2	2
<b>Délbio Correa Bonini*</b> (desde 09.02.2015)	Curso ou Evento (CURS)	3	18
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
<b>Fabiana Pandolfo Cherubini</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	1
<b>Giovani Paim Dutra</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	2
<b>Hervison Barbosa Soares</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	2
<b>Joeli Canez Braga</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	2
<b>Pedro Alexandre Kuhn</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	15

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.06.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Unidade inspecionada, houve restrição de horário do expediente externo para o período das 14h às 18h e autorização para que o registro no sistema informatizado (InFOR), abertura de malote, correio e remessa de petições, correspondências e autos de processos às Secretarias das Varas, ocorressem na medida do possível, conforme o número de servidores em atividade, e não necessariamente no mesmo dia do recebimento, segundo a Portaria n. 02/2015. Ainda, houve limitação de horário do expediente externo para o período das 10h às 12h e das 14h às 18h no dia 18.08.2015, mantida a autorização para os demais procedimentos no sistema informatizado descritos na portaria anterior, de acordo com o número de servidores em atividade na Unidade Judiciária, conforme a Portaria n. 03/2015, ambas expedidas pela Juíza Titular Simone Oliveira Paese.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Sandro da Silva Lima	06.03.2014	<b>10.06.2014</b>	3 meses e 4 dias	Lotação na Assessoria de Gestão de Mudanças – Assistente (FC05)
Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Ana Paula Lourenço de Lima Garcez	09.01.2006	<b>17.02.2015</b>	9 anos, 1 mês e 9 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.06.2016)



### **3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO**

#### **3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS**

<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>			
	<b>Certidões Expedidas</b>	<b>Emolumentos arrecadados</b>	<b>Emolumentos dispensados</b>
2014	2.805	R\$ 15.511,65	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	233,75	R\$ 1.292,64	R\$ 0,00
2015	2.034	R\$ 11.253,46	R\$ 0,00
Média mensal - 2015	169,50	R\$ 937,79	R\$ 0,00
Variação 2014-2015	-27,49%	-27,45%	-
2016 (até 31.05)	760	R\$ 4.207,27	R\$ 0,00
Média mensal – 2016	152,00	R\$ 841,45	R\$ 0,00
Variação 2015-2016	-62,64%	-62,61%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 30.06.2016)

Conforme os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 169,50 certidões negativas por mês em 2015, média 27,49% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no ato, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e logo devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados, e os demais documentos são entregues ao solicitante.

#### **3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

##### **3.2.1 Reclamadas**

<b>UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS</b>			
	<b>Unificadas</b>	<b>Não unificadas</b>	<b>Total</b>
<b>Reclamadas</b>	19.156 – 45,05%	23.364 – 54,95%	42.520
<b>Processos com reclamadas</b>	106.239 (Totalmente) – 79,90%	21.353 – 16,06%	132.958
	5.366 (Parcialmente) – 4,04%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016, 14h45min)



Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada sempre que a Unidade recebe informações que possam ensejar unificações, havendo controle para unificação dos cadastros quando determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo. O Coordenador informa ainda que, na hipótese de requerimento para inclusão de reclamadas no cadastro do Foro (inFOR), é solicitado ao requerente o fornecimento de informações pormenorizadas sobre a origem do requerimento, tais como processo e página de onde originou a informação.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 30.06.2016, 45,05% das reclamadas do Foro de Canoas encontravam-se com cadastro unificado. Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2015, cujo número de reclamadas unificadas era de 18.798, correspondendo a 44,61%.

### 3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		11.533 – 50,83%	11.157 – 49,17%	22.690
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	98.145 (Totalmente) – 73,82%	34.342 – 25,83%	132.958
		471 (Parcialmente) – 0,35%		
	<b>Reclamada</b>	107.679 (Totalmente) – 80,99%	19.865 – 14,94%	132.955
		5.411 (Parcialmente) – 4,07%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016, 14h56min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 50,83% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Canoas encontravam-se unificados, restando 11.157 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 73,82% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 80,99%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve pequena evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 49,74% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 18.03.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 11.146.

Por ocasião da correição, o Coordenador Tiago Ruschel informou que as unificações das reclamadas e dos endereços de advogados são efetuadas priorizando as empresas grandes e advogados com maior atuação, tendo em vista o grande volume de trabalho.



### 3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
<b>Órgãos</b>	1.649 – 94,88%	89 – 5,12%	1.738
<b>Processos com Órgãos</b>	24.894 – 99,30%	175 – 0,70%	25.069

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016, 15h04min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 30.06.2016, 94,88% do cadastro de órgãos públicos encontrava-se unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 99,30% deles encontravam-se unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2015, verifica-se que houve a unificação de 04 órgãos no período entre as duas correições – aumentando em 0,01% o percentual de cadastros unificados.

### 3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05)
Ação Anulatória	0	1	-	0
Ação Cautelar	0	7	-	0
Ação monitória	0	2	-	0
Carta de sentença	11	25	127,27%	7
Carta precatória	0	1	-	0
Embargos de terceiro	7	27	285,71%	16
Outros	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	29	22	-24,14%	2
Reclamatória-sumaríssimo	9	12	33,33%	2
TEE multa DRT	6	0	-100,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>97</b>	<b>53,97%</b>	<b>27</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>5,25</b>	<b>8,08</b>	<b>53,97%</b>	<b>5,40</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 97 novas ações no Foro de Canoas, registrando-se uma média mensal de 8,08 distribuições. Esse número foi superior em 34 distribuições às ações distribuídas em 2014, constatando-se um aumento de 53,97% na média mensal de distribuições. Em números absolutos, os embargos de terceiro e as cartas de sentença foram objeto das





maiores elevações na comparação com os dados de 2014, registrando-se aumento de 20 e 14 distribuições, respectivamente, em 2015.

A seu turno, nos cinco primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas 27 novas ações em processos físicos no Foro de Canoas, registrando-se uma média mensal de 5,40 distribuições, número que corresponde a uma queda de 33,20% na média mensal de distribuições.

Sinala-se que o número reduzido de distribuições é justificado pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Canoas a partir de 29.07.2013, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta n. 5.134/2013, de 16 de julho de 2013.

### 3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
<b>2014</b>	50.016	225	222,29
<b>2015</b>	34.807	221	157,50
<b>Variação 2014-2015</b>	-30,41%	-1,78%	-29,15%
<b>2016 (até 31.05)</b>	11.962	86	139,09
<b>Variação 2015-2016</b>	-65,63%	-61,09%	-11,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 34.807 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 157,50 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 29,15% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Canoas.

Por sua vez, no período de janeiro a maio de 2016, a média diária de protocolo de petições caiu para 139,09 (queda de 11,69%).

### 3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Canoas fica área recém-construída do Foro. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa ao arquivo.



### 3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0001031-49.2010.5.04.0202	04.02.2016	15.02.2016	126
0000252-29.2012.5.04.0201	12.02.2016	24.02.2016	117
0068800-42.2008.5.04.0203	03.03.2016	14.03.2016	98
0045900-10.2004.5.04.0202	21.03.2016	31.03.2016	81
0000552-53.2010.5.04.0203	21.03.2016	31.03.2016	81
0150900-57.2008.5.04.0202	08.04.2016	20.04.2016	61
0130500-82.2009.5.04.0203	08.04.2016	20.04.2016	61
0000707-28.2011.5.04.0201	08.04.2016	20.04.2016	61
0042300-07.2006.5.04.0203	12.04.2016	22.04.2016	59
0002056-23.2012.5.04.0204	13.04.2016	25.04.2016	56
0167900-04.2007.5.04.0203	26.04.2016	06.05.2016	45
0002190-93.2011.5.04.0201	29.04.2016	11.05.2016	40
0233600-59.2009.5.04.0201	29.04.2016	11.05.2016	40
0000182-46.2011.5.04.0201	29.04.2016	11.05.2016	40
0001895-84.2010.5.04.0203	29.04.2016	11.05.2016	40
0001515-61.2010.5.04.0203	05.05.2016	16.05.2016	35
0001277-08.2011.5.04.0203	05.05.2016	16.05.2016	35
0000228-86.2012.5.04.0205	06.05.2016	18.05.2016	33
0041200-12.2009.5.04.0203	12.05.2016	23.05.2016	28
0122700-37.2008.5.04.0203	20.05.2016	01.06.2016	19
0135400-48.2008.5.04.0202	20.05.2016	01.06.2016	19
0078500-16.2006.5.04.0202	20.05.2016	01.06.2016	19
0113200-18.2006.5.04.0202	20.05.2016	01.06.2016	19



0076600-61.2007.5.04.0202	01.06.2016	13.06.2016	07
0097600-25.2004.5.04.0202	02.06.2016	13.06.2016	07
0000652-11.2010.5.04.0202	07.06.2016	17.06.2016	03
0149900-45.1996.5.04.0201	07.06.2016	17.06.2016	03

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 30.06.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 27 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

Consoante as informações prestadas pelo Coordenador da CCDF na data da Correição, as cobranças de devolução dos autos são efetuadas apenas por telefone, tendo em vista que o sistema não permite a cobrança por escrito diretamente pela CCDF. Em que pese não seja possível a Coordenadoria fazer a notificação para cobrança, deve solicitar à Secretaria competente para que providencie a notificação para devolução dos autos, imediatamente após o decurso do prazo.

## **4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Canoas está dividida em oito setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada seis meses.

### **4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS**

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados aos oficiais de justiça ocorre semanalmente. Os mandados recebidos durante o período de plantão são distribuídos ao oficial de justiça da escala, que é informado por telefone. Os mandados classificados como urgentes são distribuídos no dia do recebimento para o oficial responsável pelo setor em que o mandado será cumprido. O oficial de justiça é comunicado, por e-mail, da existência do mandado urgente.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, o Coordenador informa não haver necessidade de se preestabelecer um prazo para devolução dos mandados às Varas, tendo em



vista que esta sempre ocorre com brevidade. O Coordenador informa, ainda, que recentemente tem ocorrido um lapso temporal maior para tal devolução, em razão do acúmulo de mandados ocorridos na greve e, por vezes, de dificuldades encontradas em razão de lentidão e instabilidades no PJe.

### 4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

#### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	2.160	180,00
<b>2015</b>	1.446	120,50
<b>Variação 2014-2015</b>	-33,06%	-33,06%
<b>2016 (até 31.05)</b>	569	113,80
<b>Variação 2015-2016</b>	-60,65%	-5,56%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
<b>2014</b>	3.737	311,42
<b>2015</b>	4.395	366,25
<b>Variação 2014-2015</b>	17,61%	17,61%
<b>2016 (até 31.05)</b>	2.396	479,20
<b>Variação 2015-2016</b>	-45,48%	30,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Canoas recebeu 5.841 mandados, sendo 1.446 de processos físicos e 4.395 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 486,75 mandados recebidos, 0,95% menor do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros cinco meses de 2016 foram recebidos 2.965 mandados, dos quais 569 de processos físicos e 2.396 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 593 mandados, 21,83% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 5,56% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016,



ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 30,84% no mesmo período.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05)
<b>Busca e Apreensão</b>	23	33	43,48%	22
<b>Citação</b>	395	328	-16,96%	129
<b>Condução de Testemunha</b>	23	6	-73,91%	1
<b>Notificação</b>	788	444	-43,65%	140
<b>Penhora</b>	721	489	-32,18%	197
<b>Outros</b>	278	156	-43,88%	54
<b>Total</b>	<b>2.228</b>	<b>1.456</b>	<b>-34,65%</b>	<b>543</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

<b>Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)</b>				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05)
<b>Notificação</b>	2.572	2.941	14,35%	1.548
<b>Mandado</b>	1.048	1.200	14,50%	704
<b>Ofícios</b>	62	91	46,77%	67
<b>Total</b>	<b>3.682</b>	<b>4.232</b>	<b>14,94%</b>	<b>2.319</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

Foram cumpridos 5.688 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 1.456 oriundos de processos físicos e 4.232 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 222 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma queda de 3,76%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a penhora foi a espécie mais frequente em 2015 (489 mandados), seguida pela notificação (444 mandados), enquanto em 2016 o tipo de diligência mais comum continuou a ser a penhora (197 mandados) seguida pela notificação (140 mandados). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados.



### 4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05)
<b>Busca e Apreensão</b>	19,78	31,06	57,01%	11,59
<b>Citação</b>	21,19	23,83	12,43%	21,55
<b>Condução de Testemunha</b>	14,52	16,67	14,77%	0,00
<b>Notificação</b>	13,85	12,97	-6,38%	11,59
<b>Penhora</b>	33,89	35,32	4,23%	38,31
<b>Outros</b>	24,27	20,10	-17,21%	8,04
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>23,01</b>	<b>24,11</b>	<b>4,80%</b>	<b>23,28</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.05)
<b>Notificação</b>	13,91	15,28	9,83%	26,10
<b>Mandado</b>	30,64	36,77	20,03%	40,78
<b>Ofício</b>	17,31	15,99	-7,61%	23,93
<b>Prazo Médio Geral</b>	<b>18,73</b>	<b>21,39</b>	<b>14,20%</b>	<b>30,50</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Canoas subiu 4,80% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 35,32 dias), seguidas pelas buscas e apreensões, cuja média foi de 31,06 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (12,97 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e maio de 2016 apontam uma queda do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 23,28 dias, o que corresponde a um recuo de 3,46%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 21,39 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (36,77 dias), enquanto



as notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (15,28 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos cinco primeiros meses de 2016 apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 30,50 dias, lapso 42,56% superior ao verificado em 2015.

#### 4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.05)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Busca e Apreensão</b>	14	60,87%	18	54,55%	3	13,64%
<b>Citação</b>	235	59,49%	161	49,09%	52	40,31%
<b>Condução de Testemunha</b>	13	56,52%	4	66,67%	0	0,00%
<b>Notificação</b>	280	35,53%	124	27,93%	42	30,00%
<b>Penhora</b>	506	70,18%	297	60,74%	136	69,04%
<b>Outros</b>	159	57,19%	51	32,69%	13	24,07%
<b>Total Geral</b>	<b>1.207</b>	<b>54,17%</b>	<b>655</b>	<b>44,99%</b>	<b>246</b>	<b>45,30%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.05)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
<b>Notificação</b>	1.311	50,97%	1.440	48,96%	1.140	73,64%
<b>Mandado</b>	773	73,76%	865	72,08%	578	82,10%
<b>Ofício</b>	34	54,84%	53	58,24%	44	65,67%
<b>Total</b>	<b>2.118</b>	<b>57,52%</b>	<b>2.358</b>	<b>55,72%</b>	<b>1.762</b>	<b>75,98%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.



**Em relação aos processos físicos**, constatou-se que foram devolvidos 655 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, montante correspondente a 44,99% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 54,17% do total de mandados cumpridos. Excetuadas as conduções de testemunhas (cujo número total é ínfimo), a penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (60,74%), seguida pelas buscas e apreensões (54,55%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a maio) apontam uma relativa estabilidade no percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (45,30%).

**Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos**, constatou-se que 2.358 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, que equivale a 55,72% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (72,08%). Nos cinco primeiros meses de 2016, por sua vez, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Canoas:

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)</b>				
Processo	Nº do mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001461-21.2012.5.04.0205	202-00042/14	21.03.2014	26.11.2015	<b>615</b>
0000014-04.2012.5.04.0203	204-00051/14	20.02.2014	19.01.2015	<b>333</b>
0001857-98.2012.5.04.0204	204-00107/15	16.03.2015	02.12.2015	<b>261</b>
0001857-98.2012.5.04.0204	204-00108/15	16.03.2015	02.12.2015	<b>261</b>
0000575-25.2012.5.04.0204	204-00080/15	02.03.2015	23.10.2015	<b>235</b>
0109800-38.2002.5.04.0201	201-00054/15	06.04.2015	26.11.2015	<b>234</b>
0000280-22.2011.5.04.0204	204-00179/15	13.04.2015	03.12.2015	<b>234</b>
0000268-71.2012.5.04.0204	204-00174/15	13.04.2015	02.12.2015	<b>233</b>
0064400-19.2007.5.04.0203	203-00084/15	20.04.2015	08.12.2015	<b>232</b>
0000714-17.2011.5.04.0202	202-00113/14	23.06.2014	04.02.2015	<b>226</b>
0001663-72.2010.5.04.0203	205-00277/14	23.06.2014	04.02.2015	<b>226</b>
0176100-29.2009.5.04.0203	205-00087/15	23.03.2015	23.10.2015	<b>214</b>
0000071-59.2011.5.04.0202	204-00238/15	25.09.2015	19.04.2016	<b>207</b>





0000071-59.2011.5.04.0202	204-00239/15	25.09.2015	19.04.2016	<b>207</b>
0000650-41.2010.5.04.0202	202-00098/14	23.06.2014	13.01.2015	<b>204</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

<b>Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)</b>				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020046-28.2015.5.04.0202	Mandado	2015-01-23	25.10.2015	<b>275</b>
0020111-14.2015.5.04.0205	Mandado	2015-02-27	23.11.2015	<b>269</b>
0020093-05.2015.5.04.0201	Mandado	2015-02-13	03.11.2015	<b>263</b>
0021679-02.2014.5.04.0205	Mandado	2015-02-06	25.10.2015	<b>261</b>
0021217-45.2014.5.04.0205	Mandado	2015-02-27	13.11.2015	<b>259</b>
0021016-65.2014.5.04.0201	Mandado	2014-10-10	15.06.2015	<b>248</b>
0020234-76.2014.5.04.0292	Notificação	2015-04-17	15.12.2015	<b>242</b>
0020119-03.2015.5.04.0201	Mandado	2015-04-17	15.12.2015	<b>242</b>
0020055-78.2015.5.04.0205	Mandado	2015-02-27	25.10.2015	<b>240</b>
0021466-96.2014.5.04.0204	Mandado	2015-02-06	30.09.2015	<b>236</b>
0020068-83.2015.5.04.0203	Mandado	2015-03-06	25.10.2015	<b>233</b>
0020973-22.2014.5.04.0204	Mandado	2015-01-30	14.09.2015	<b>227</b>
0020592-93.2014.5.04.0016	Mandado	2015-03-13	25.10.2015	<b>226</b>
0021216-60.2014.5.04.0205	Mandado	2014-12-19	29.07.2015	<b>222</b>
0021353-51.2014.5.04.0202	Mandado	2015-04-30	03.12.2015	<b>217</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

Na data da Correição foram verificados os dois mandados com maior prazo de cumprimento, informando o Coordenador da CCDF que o mandado 202-00042/14, expedido no processo n. 0001461-21.2012.5.04.0205 em **21.03.2014** e devolvido em **26.11.2015** (615 dias), trata de processo com declínio de competência, encaminhado ao juízo cível, cujo cumprimento é efetuado semestralmente, pois demanda uso de veículo oficial desde TRT. O Coordenador relatou que o mandado provavelmente foi cumprido no tempo previsto, com registro tardio no sistema, porquanto o processo foi efetivamente encaminhado ao Juízo Cível. Quanto ao mandado 204-00051/14, expedido no processo n. 0000014-04.2012.5.04.0203 em 20.02.2014 e devolvido em 19.01.2015 (333 dias), foi informado que a real data de cumprimento do mandado foi 28.02.2014, com lançamento tardio no sistema. Ressaltou o



Coordenador, ainda, que parte do atraso no cumprimento dos mandados no ano de 2015 tem por origem a Greve dos Servidores no período de junho a outubro do referido ano.

#### 4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 34 mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado:

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS FÍSICOS					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0181000-78.1997.5.04.0202	01.02.2016	Penhora	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	120
2	0002131-39.2010.5.04.0202	01.02.2016	Penhora		120
3	0000425-41.2012.5.04.0205	01.02.2016	Citação		120
4	0001603-25.2012.5.04.0205	01.02.2016	Penhora		120
5	0000984-72.2010.5.04.0203	22.02.2016	Notificação	Giovani Paim Dutra	99
6	0000807-37.2012.5.04.0204	29.02.2016	Penhora	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	92
7	0000300-58.2007.5.04.0202	07.03.2016	Penhora		85
8	0001905-57.2012.5.04.0204	07.03.2016	Penhora		85
9	0001905-57.2012.5.04.0204	07.03.2016	Penhora		85
10	0000996-87.2013.5.04.0201	04.04.2016	Notificação		57
11	0000883-33.2013.5.04.0202	04.04.2016	Citação		57
12	0000057-72.2011.5.04.0203	04.04.2016	Penhora		57
13	0000825-21.2013.5.04.0205	04.04.2016	Penhora		57
14	0113800-83.1999.5.04.0202	11.04.2016	Penhora	Pedro Alexandre Silveira Castro Kuhn	50
15	0010077-34.2010.5.04.0761	11.04.2016	Penhora	Alexandre Silveira Castro	50
16	0010077-34.2010.5.04.0761	11.04.2016	Penhora		50
17	0053100-92.2009.5.04.0202	18.04.2016	Penhora	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	43
18	0054700-76.1994.5.04.0202	18.04.2016	Penhora		43
19	0000734-68.2012.5.04.0203	18.04.2016	Penhora		43
20	0002180-06.2012.5.04.0204	25.04.2016	Penhora		36
21	0000541-25.2013.5.04.0201	02.05.2016	Penhora	Pedro Alexandre Silveira Castro Kuhn	29
22	0001067-91.2010.5.04.0202	02.05.2016	Citação	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	29
23	0120100-43.2008.5.04.0203	02.05.2016	Penhora	Alexandre Silveira Castro	29
24	0056300-78.2007.5.04.0202	02.05.2016	Penhora		29



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

25	0217900-79.2005.5.04.0202	09.05.2016	Notificação	Giovani Paim Dutra	<b>22</b>
26	0173400-06.1997.5.04.0202	09.05.2016	Outros	Alexandre Silveira Castro	<b>22</b>
27	0001593-21.2011.5.04.0203	09.05.2016	Citação	Fabiana Pandolfo Cherubini	<b>22</b>
28	0025700-03.2009.5.04.0203	09.05.2016	Penhora	Giovani Paim Dutra	<b>22</b>
29	0002200-91.2012.5.04.0205	09.05.2016	Penhora	Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo	<b>22</b>
30	0001542-13.2011.5.04.0202	16.05.2016	Penhora	Pedro Alexandre Silveira Castro Kuhn	<b>15</b>
31	0000392-60.2012.5.04.0202	16.05.2016	Outros	Giovani Paim Dutra	<b>15</b>
32	0000736-41.2012.5.04.0202	16.05.2016	Penhora	Alexandre Silveira Castro	<b>15</b>
33	0000883-27.2013.5.04.0204	16.05.2016	Penhora	Joeli Canez Braga	<b>15</b>
34	0000213-20.2012.5.04.0205	16.05.2016	Penhora	Giovani Paim Dutra	<b>15</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.07.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 31.05.2016, apresentava 80 mandados sem registro de cumprimento no prazo.

<b>Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT</b>					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020117-24.2015.5.04.0204	17.04.2015	Notificação	Giovani Paim Dutra	<b>410</b>
2	0021681-72.2014.5.04.0204	03.11.2015	Mandado	Douglas Hartmann	<b>210</b>
3	0020360-65.2015.5.04.0204	18.12.2015	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>165</b>
4	0020946-48.2014.5.04.0201	12.01.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>140</b>
5	0020946-48.2014.5.04.0201	12.01.2016	Mandado		<b>140</b>
6	0021769-76.2015.5.04.0204	29.01.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>123</b>
7	0021020-59.2015.5.04.0204	24.02.2016	Notificação		<b>97</b>
8	0020467-15.2015.5.04.0203	24.02.2016	Notificação		<b>97</b>
9	0021446-74.2015.5.04.0203	24.02.2016	Mandado		<b>97</b>
10	0021490-24.2014.5.04.0205	15.03.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>77</b>
11	0020124-79.2016.5.04.0204	18.03.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>74</b>
12	0020617-30.2014.5.04.0203	01.04.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>60</b>
13	0020143-53.2014.5.04.0205	01.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>60</b>
14	0020368-70.2013.5.04.0282	01.04.2016	Mandado	Pedro Alexandre Kuhn	<b>60</b>
15	0020075-41.2016.5.04.0203	01.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>60</b>
16	0020266-80.2016.5.04.0205	01.04.2016	Mandado		<b>60</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

17	0020365-24.2014.5.04.0204	08.04.2016	Mandado	Alexandre Silveira Castro	<b>53</b>
18	0020414-91.2016.5.04.0205	08.04.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>53</b>
19	0020168-95.2016.5.04.0205	08.04.2016	Notificação	Hervison Barbosa Soares	<b>53</b>
20	0021741-11.2015.5.04.0204	08.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>53</b>
21	0020119-60.2016.5.04.0203	08.04.2016	Notificação		<b>53</b>
22	0020435-67.2016.5.04.0205	08.04.2016	Mandado		<b>53</b>
23	0021179-93.2015.5.04.0012	08.04.2016	Notificação		<b>53</b>
24	0021404-28.2015.5.04.0202	14.04.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>47</b>
25	0020526-77.2013.5.04.0201	14.04.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>47</b>
26	0020392-76.2015.5.04.0202	14.04.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>47</b>
27	0021260-45.2015.5.04.0205	15.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>46</b>
28	0020131-64.2013.5.04.0014	15.04.2016	Mandado		<b>46</b>
29	0020199-18.2016.5.04.0205	15.04.2016	Mandado	Fabiana Pandolfo Cherubini	<b>46</b>
30	0020225-22.2016.5.04.0203	15.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>46</b>
31	0020434-22.2015.5.04.0204	19.04.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>42</b>
32	0021470-36.2014.5.04.0204	22.04.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>39</b>
33	0020228-68.2016.5.04.0205	22.04.2016	Notificação		<b>39</b>
34	0020575-09.2013.5.04.0205	22.04.2016	Mandado		<b>39</b>
35	0020296-23.2013.5.04.0205	22.04.2016	Mandado	Hervison Barbosa Soares	<b>39</b>
36	0020541-38.2016.5.04.0202	29.04.2016	Mandado		<b>32</b>
37	0020235-09.2015.5.04.0201	29.04.2016	Mandado	Douglas Hartmann	<b>32</b>
38	0020044-26.2013.5.04.0203	29.04.2016	Mandado	Alexandre Silveira Castro	<b>32</b>
39	0021813-50.2015.5.04.0025	29.04.2016	Notificação	Fabiana Pandolfo Cherubini	<b>32</b>
40	0021327-56.2014.5.04.0201	29.04.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>32</b>
41	0021544-62.2015.5.04.0202	29.04.2016	Notificação	Hervison Barbosa Soares	<b>32</b>
42	0020655-05.2015.5.04.0204	29.04.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>32</b>
43	0020201-94.2016.5.04.0202	02.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>29</b>
44	0020006-80.2014.5.04.0202	06.05.2016	Mandado		<b>25</b>
45	0020562-14.2016.5.04.0202	06.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>25</b>
46	0020437-43.2016.5.04.0203	06.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>25</b>
47	0020300-60.2013.5.04.0205	06.05.2016	Mandado		<b>25</b>
48	0020504-58.2016.5.04.0251	06.05.2016	Notificação		<b>25</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

49	0020504-58.2016.5.04.0251	06.05.2016	Notificação		<b>25</b>
50	0020622-58.2014.5.04.0201	06.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>25</b>
51	0020470-73.2015.5.04.0201	06.05.2016	Mandado	Alexandre Silveira Castro	<b>25</b>
52	0020540-75.2015.5.04.0012	06.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>25</b>
53	0020119-03.2015.5.04.0201	06.05.2016	Mandado		<b>25</b>
54	0020612-40.2016.5.04.0202	06.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>25</b>
55	0020066-19.2015.5.04.0202	06.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>25</b>
56	0020611-55.2016.5.04.0202	06.05.2016	Mandado		<b>25</b>
57	0020572-58.2016.5.04.0202	06.05.2016	Notificação	Giovani Paim Dutra	<b>25</b>
58	0021611-24.2015.5.04.0203	06.05.2016	Mandado		<b>25</b>
59	0020588-12.2016.5.04.0202	06.05.2016	Notificação		<b>25</b>
60	0021562-74.2015.5.04.0205	13.05.2016	Mandado	Pedro Alexandre Kuhn	<b>18</b>
61	0021331-47.2015.5.04.0205	13.05.2016	Mandado		<b>18</b>
62	0021697-98.2015.5.04.0201	13.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>18</b>
63	0021697-98.2015.5.04.0201	13.05.2016	Notificação		<b>18</b>
64	0021697-98.2015.5.04.0201	13.05.2016	Notificação		<b>18</b>
65	0020430-13.2013.5.04.0282	13.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>18</b>
66	0020427-96.2016.5.04.0203	13.05.2016	Mandado		<b>18</b>
67	0020635-83.2016.5.04.0202	13.05.2016	Mandado		<b>18</b>
68	0020442-59.2016.5.04.0205	13.05.2016	Mandado	Alexandre Silveira Castro	<b>18</b>
69	0020380-79.2015.5.04.0261	13.05.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>18</b>
70	0021477-88.2015.5.04.0205	20.05.2016	Notificação	Giovani Paim Dutra	<b>11</b>
71	0021718-29.2014.5.04.0001	20.05.2016	Notificação	Alexandre Silveira Castro	<b>11</b>
72	0021718-29.2014.5.04.0001	20.05.2016	Notificação		<b>11</b>
73	0021736-95.2015.5.04.0201	20.05.2016	Notificação	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>11</b>
74	0020710-25.2016.5.04.0202	20.05.2016	Mandado	Alexandre Silveira Castro	<b>11</b>
75	0020331-95.2014.5.04.0027	20.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>11</b>
76	0020609-19.2015.5.04.0203	20.05.2016	Mandado	Delbio Correa Bonini	<b>11</b>
77	0020314-39.2016.5.04.0205	20.05.2016	Mandado	Hervison Barbosa Soares	<b>11</b>
78	0020993-10.2014.5.04.0205	20.05.2016	Mandado	Giovani Paim Dutra	<b>11</b>
79	0020643-51.2016.5.04.0205	20.05.2016	Mandado	Cintia Cristina do Amaral Pires	<b>11</b>
80	0020198-33.2016.5.04.0205	20.05.2016	Mandado		<b>11</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 04.07.2016)

O Coordenador informou que os mandados pendentes de cumprimento, são cobrados semanalmente, emitindo lista de pendências juntamente com a distribuição ordinária dos mandados, bem como cobrança por escrito,



repassadas pelas Varas do Trabalho ou diretamente pela CCDF ao Oficial. Informou, ainda, que algumas das notificações com maior atraso são relativas a conduções coercitivas de testemunhas, cujo cumprimento somente é possível no dia da audiência.

Ao final da Correição, o Coordenador da CCDF apresentou planilha contendo os dados sobre os atendimentos prestados pela Coordenadoria e pela Central de Mandados, pontuando que a eminente possibilidade de retirada da Função de Assistente (FC4) importará na dificuldade de preenchimento da vaga com maior qualidade, dificultando a prestação jurisdicional na Unidade.

#### 4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Canoas.

Pedro Alexandre Kuhn						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.05)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	07	10	11	01	02
Citação	104	102	97	100	12	10
Condução de Testemunha	03	03	00	00	00	00
Notificação	243	244	202	202	09	10
Penhora	108	98	83	96	27	21
Outros	80	114	55	55	06	04
<b>Total</b>	<b>547</b>	<b>568</b>	<b>447</b>	<b>464</b>	<b>55</b>	<b>47</b>
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.05)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	324	329	459	449	223	159
Mandado	167	160	204	209	75	57
Ofício	11	11	27	26	08	07
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>500</b>	<b>690</b>	<b>684</b>	<b>306</b>	<b>223</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Delbio Correa Bonini</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	00	11	11	01	01
<b>Citação</b>	00	00	21	21	13	13
<b>Condução de Testemunha</b>	00	00	00	00	00	00
<b>Notificação</b>	00	00	29	29	08	07
<b>Penhora</b>	00	00	50	50	30	30
<b>Outros</b>	00	00	03	03	09	09
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>114</b>	<b>114</b>	<b>61</b>	<b>60</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	00	00	487	472	152	177
<b>Mandado</b>	00	00	155	145	98	100
<b>Ofício</b>	00	00	14	14	19	19
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>656</b>	<b>631</b>	<b>269</b>	<b>296</b>
<b>Alexandre Silveira Castro</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	02	00	00	13	13
<b>Citação</b>	31	31	34	31	45	46
<b>Condução de Testemunha</b>	04	04	00	00	01	01
<b>Notificação</b>	37	36	17	18	74	75
<b>Penhora</b>	86	87	47	42	41	34
<b>Outros</b>	11	11	09	09	28	19



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	171	171	107	100	202	188
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	243	247	283	263	192	205
<b>Mandado</b>	124	123	116	112	135	114
<b>Ofício</b>	09	09	03	02	18	14
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>379</b>	<b>402</b>	<b>377</b>	<b>345</b>	<b>333</b>

<b>Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	01	01	00	00	00	00
<b>Citação</b>	14	16	33	27	11	12
<b>Condução de Testemunha</b>	05	05	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	58	58	20	19	10	10
<b>Penhora</b>	63	72	47	40	29	18
<b>Outros</b>	30	31	09	09	00	00
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>183</b>	<b>110</b>	<b>96</b>	<b>50</b>	<b>40</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	278	279	312	275	195	192
<b>Mandado</b>	113	104	120	99	56	51
<b>Ofício</b>	04	05	04	02	01	03
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>388</b>	<b>436</b>	<b>376</b>	<b>252</b>	<b>246</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Fabiana Pandolfo Cherubini</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	04	04	00	00	00	00
<b>Citação</b>	59	56	21	21	12	12
<b>Condução de Testemunha</b>	03	03	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	54	54	27	27	10	10
<b>Penhora</b>	110	108	45	44	21	21
<b>Outros</b>	21	20	14	15	05	04
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>245</b>	<b>108</b>	<b>108</b>	<b>48</b>	<b>47</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	389	369	321	305	197	216
<b>Mandado</b>	189	163	101	96	75	90
<b>Ofício</b>	17	15	07	06	01	03
<b>Total</b>	<b>595</b>	<b>547</b>	<b>429</b>	<b>407</b>	<b>273</b>	<b>309</b>

<b>Giovani Paim Dutra</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	02	04	00	00	00	00
<b>Citação</b>	29	56	29	21	06	12
<b>Condução de Testemunha</b>	02	03	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	67	54	23	27	05	10
<b>Penhora</b>	63	108	47	44	31	21
<b>Outros</b>	40	20	03	15	08	04



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	203	245	103	108	50	47
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	264	269	311	325	229	211
<b>Mandado</b>	120	124	138	141	128	91
<b>Ofício</b>	00	00	04	04	02	02
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>393</b>	<b>453</b>	<b>470</b>	<b>359</b>	<b>304</b>

<b>Hervison Barbosa Soares</b>						
<b>INFOR</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	07	04	01	00	01	00
<b>Citação</b>	36	56	39	21	13	12
<b>Condução de Testemunha</b>	03	03	02	01	00	00
<b>Notificação</b>	43	54	08	27	08	10
<b>Penhora</b>	78	108	56	44	21	21
<b>Outros</b>	10	20	08	15	02	04
<b>Total</b>	<b>177</b>	<b>245</b>	<b>114</b>	<b>108</b>	<b>45</b>	<b>47</b>
<b>PJe-JT</b>						
<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	385	388	332	321	224	197
<b>Mandado</b>	138	130	136	121	85	101
<b>Ofício</b>	13	13	15	11	04	10
<b>Total</b>	<b>536</b>	<b>531</b>	<b>483</b>	<b>453</b>	<b>313</b>	<b>308</b>



<b>Joeli Canez Braga</b>						
<b>INFOR</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Busca e Apreensão</b>	00	04	07	00	00	00
<b>Citação</b>	31	56	60	21	12	12
<b>Condução de Testemunha</b>	00	03	01	01	00	00
<b>Notificação</b>	54	54	116	27	10	10
<b>Penhora</b>	87	108	100	44	21	21
<b>Outros</b>	11	20	52	15	05	04
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>245</b>	<b>336</b>	<b>108</b>	<b>48</b>	<b>47</b>
<b>PJe-JT</b>						
	<b>Total em 2014</b>		<b>Total em 2015</b>		<b>Total em 2016 (até 31.05)</b>	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
<b>Notificação</b>	257	255	419	401	140	159
<b>Mandado</b>	118	119	233	221	77	87
<b>Ofício</b>	02	02	25	24	07	08
<b>Total</b>	<b>377</b>	<b>376</b>	<b>677</b>	<b>646</b>	<b>224</b>	<b>254</b>

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM**

A unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento integrada entre a CCDF e a CM. As instalações são amplas e adequadas.

Analisando-se os dados estatísticos da Unidade Judiciária constatou-se uma pequena redução do percentual de mandados físicos devolvidos com atraso (o qual passou de 54,17%, em 2014, para 44,99%, em 2015), e o elevado percentual (94,88%) de endereços de órgãos públicos unificados. Por outro lado, chama a atenção a expressiva quantidade de mandados pendentes de devolução cujo limite legal para sua devolução já foi ultrapassado (80 mandados no sistema PJe-JT, e 34 mandados de processos físicos), assim como a considerável quantidade de processos em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos (27 processos). Sugere-se uma ação conjunta do Juiz Diretor do Foro e o Coordenador com objetivo de um maior acompanhamento e cobrança dos prazos dos Oficiais de Justiça para que sejam mais céleres os cumprimentos dos mandados.



## **6 DETERMINAÇÕES**

### **Item 3.2 (Unificação de dados cadastrais)**

Determina-se que a unidade adote medidas mais efetivas para melhorar os dados constantes na unificação de dados cadastrais.

### **ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

### **ITEM 4.3.3 (Tempo médio para cumprimento dos mandados)**

Determina-se sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de penhora;

### **ITEM 4.3.4 (Mandados devolvidos com atraso)**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora, bem como evitar o lançamento de andamentos tardios no sistema conforme constatados no item 4.3.4, evitando a distorção dos dados relativos à unidade

## **7 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor do Foro e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Canoas, no dia 12.07.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados não houve manifestação. Compareceram representantes do jornal Diário de Canoas para entrevista.

## **8 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



## **9 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Diretor do Foro Luiz Fernando Bonn Henzel, pelo Coordenador Tiago Ruschel, pelo Assistente Douglas Hartmann e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional. O presente relatório foi assinado nesta data, 09.08.2016, em razão da realização das inspeções correcionais realizadas nas 29ª, 17ª, 9ª, 10ª e 16ª Varas de Porto Alegre, entre os dias 25 e 27.07.2016, bem como pela participação no COLEPRECOR nos dias 03 e 04.08.2016.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno  
Corregedora Regional**